

## Política e pluralidade humana em Hannah Arendt: uma introdução ao tema do poder

Politics and human plurality in Hannah Arendt: an introduction to the theme of power

Lucas Barreto Dias  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Débora dos Santos Góis Gondim  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

### Resumo

A política, para Arendt, está ligada à ação e às relações entre os seres humanos, considerando a fala e o discurso como algo intrínseco da ação política. Nesse sentido, sem o agir político, o sujeito tende a perder a sua individualidade e seu lugar no mundo, bem como se distancia da pluralidade humana e do espaço público. Relacionando a dinâmica 'indivíduo - ação - espaço público - subjetividade', Arendt destaca um aspecto extremamente importante: o da pluralidade humana como relativa às noções de igualdade e distinção. Nesta perspectiva conceitual, a compreensão arendtiana do poder põe sempre em questão a pluralidade humana e a ação em conjunto, de modo que surgem discursos que não são empregados para velar intenções, mas para desvelar realidades, onde as palavras trazem consigo um movimento de ação reverberadas de sentido. É nesta injunção que surge o poder, o qual, para Arendt, existe quando os homens agem em conjunto. Objetivamos, portanto, neste texto, expor os argumentos arendtianos que sustentam o seu conceito de poder político relativamente à ação e à pluralidade humana e como isso nos vincula também ao mundo.

**Palavras-chave:** Ação. Espaço público. Liberdade. Mundo.

### Informações do artigo

Submetido em 10/03/2023  
Aprovado em 19/04/2023  
Publicado em 12/05/2023.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2023.v23n2.p144-160>



Esta obra está licenciada sob uma licença  
Creative Commons CC BY 4.0

### Abstract

Politics, for Arendt, is linked to action and relationships between human beings, considering speech and discourse as something intrinsic to political action. In this sense, without political action, the subject tends to lose his individuality and his place in the world, as well as distancing himself from human plurality and the public space. Relating the 'individual - action - public space - subjectivity' dynamic, Arendt highlights an extremely important aspect: that of human plurality as related to the notions of equality and distinction. In this conceptual perspective, Arendt's understanding of power always calls into question human plurality and joint action, so that from this arise discourses that are not used to veil intentions, but to unveil realities, where words bring with them a movement of action reverberated with meaning. It is in this injunction that power arises, which, for Arendt, exists when men act together. We aim, therefore, in this text, to expose Arendt's arguments that support his concept of political power in relation to human action and plurality and how this also links us to the world.

**Keywords:** Action. Public place. Freedom. World.

### Como ser citado (modelo ABNT)

DIAS, Lucas Barreto; GONDIM, Débora dos Santos Góis. Política e pluralidade humana em Hannah Arendt: uma introdução ao tema do poder. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 23, n. 2, p. 144-160, maio/ago. 2023.

## 1 INTRODUÇÃO

“O que estamos fazendo?”  
Hannah Arendt

Realizaremos, neste artigo, uma reflexão sobre o pensamento de Hannah Arendt quanto aos conceitos de poder, pluralidade humana, Nossa pretensão se insere sob uma perspectiva sobretudo exegética, isto é, não temos a pretensão de inaugurar uma interpretação de todo original sobre o tema do poder em Arendt, mas, sim, circunscrever alguns de seus principais argumentos

Compreendemos que o ponto de partida da autora alemã está vinculado tanto à realidade judaica vivenciada (SILVA, 2020; RIBEIRO, 2022) quanto ao contexto da ascensão dos governos totalitários (ARENDR, 2012), onde os campos de concentração se mostraram como o *epifenômeno* da decadência política da modernidade em seu estado mais A experiência vivenciada pelos judeus ainda repercute na contemporaneidade, permeada de avanços científicos e tecnologias surpreendentes, esse o progresso não garantiu ao ser humano uma de suas condições humanas mais elementares, particulares e ao mesmo tempo plurais, a oportunidade da ação política. Pela ação conjunta, isto é, através da pluralidade humana e na experiência do espaço público compartilhado, o poder político é gestado e mantido. Nesse sentido, segundo o pensamento de Arendt em *A condição humana*, a pluralidade humana, por ser “não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* de toda vida política” (2020, p. 9), desponta também como condição para a existência do poder, compreendendo-o como elemento intrínseco e fundante da vida política se estabelecendo por meio dos discursos.

Sabemos, todavia, que estamos imersos em uma sociedade de massas, a qual pode levar ao obscurecimento da singularidade dos indivíduos, bem como do próprio mundo (DIAS, 2021a). Esta circunstância afasta os seres humanos da prática da liberdade enquanto ação política, isto é, de uma cidadania ativa, assim como enfraquece o poder político, favorecendo o domínio de uns sobre outros através da violência. Encontramo-nos, assim, absorvidos por um desinteresse comum quanto à vida política, reduzidos muitas vezes apenas à nossa dimensão de *animal laborans* (CORREIA, 2013), forçados pela configuração capitalista a ficarmos preocupados demais com a manutenção da

nossa vida em sentido biológico, presos no ciclo de trabalho-do-descanso-prazer-trabalho. Somos, assim, muitas vezes, indivíduos isolados e levados a viver no espaço privado, ou, no máximo, no social, espaço em que as preocupações políticas e a ação cidadã não ganham relevância.

Esse artigo busca, a partir deste diagnóstico, resgatar a ideia arendtiana de que o poder é constituído imediatamente a partir do momento que se retorna a conviver politicamente em grupo, em que é possível momentos e espaços de diálogo e identificação, não apenas porque somos iguais, mas porque fazemos parte de uma humanidade também marcada pela diferença, de forma que o poder não está nas mãos de um representante legal, mas na experiência do agir político e plural, da liberdade compartilhada na ação.

Buscaremos, neste texto, dialogar com conceitos de Arendt que nos auxiliam a pensar alternativas para a viabilização do poder a partir dos espaços públicos criados pela pluralidade humana. Acreditamos, assim, na capacidade do ser humano de conviver em condições de igualdade e diferença a fim de possibilitarmos uma comunidade plural, em uma reconciliação com um mundo e na nossa faculdade de propiciar um novo início.

## **2 A PERSPECTIVA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT**

“Sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”. Hannah Arendt

A vida política, para Arendt, está ligada à ação e às relações entre os seres humanos, considerando a fala e o discurso como algo intrínseco da atividade política. Nesse sentido, sem o agir político, o sujeito tende a perder a sua individualidade e seu lugar no mundo, na medida em que se distancia da pluralidade humana e do espaço público. Relacionando a dinâmica indivíduo – ação – público – subjetividade, Arendt destaca um aspecto extremamente importante: o da pluralidade humana como relativa às noções de igualdade e distinção (ARENDR, 2020, p. 217).

A existência plural dos seres humanos, nesse sentido, ganha uma dimensão política ao pôr em destaque que a pluralidade se perfaz enquanto

igualdade e distinção através do discurso e da ação. A própria percepção da singularidade provém de nossa interação com outros seres também singulares, a vida compartilhada promove um vir-a-ser do sentido da existência humana que ultrapassa o mero estar-aí das coisas do mundo, levando à autocompreensão que cada um de nós pode ter, dado o fato de sermos sujeitos iguais aos demais, mas, também, dadas as nossas particularidades. Isso só é possível, portanto, na convivência, pois quando o ser humano compreende que sua existência não se reduz apenas à dimensão familiar e à privada, ele pode atingir sua dimensão política no espaço público, posto a pluralidade depender das relações, dos momentos de experiências com os iguais, os quais acontecem sempre na dimensão que se alcança por meio da fala, do discurso e da ação. Nessa ação conjunta, pensa Arendt, somos capazes de nos apresentar aos demais e, também, transcender nossos interesses meramente individuais, levando em consideração as diversas partes que compõem o espaço público conosco. No momento, portanto, em que determinada comunidade é regida por interesses meramente individuais, desfaz-se seu caráter político, sua razão de ser muda de âmbito, resignando-se ao modelo em que alguns comandam e outros são comandados, ou seja, à clássica forma da dominação do mando e obediência.

Para Arendt (2016, p. 299), “o pensamento político é representativo”, e isso acontece a partir da “mentalidade alargada” que habilita os homens a julgar, pois temos a capacidade de representar para nós as opiniões dos outros que dividem o mundo conosco, isto é, podemos fazer o exercício mental de criar um domínio público potencial em nosso espírito a fim de visualizar os diversos pontos de vista sobre um determinado assunto. Quanto maior a diversidade de olhares de situações de um determinado problema do mundo comum, maior será concebida a capacidade de pensamento representativo, portanto, mais legítimas as deliberações. Esse movimento só é possível e somente acontece nas manifestações pessoais em grupo, na expressão das *doxai*, das opiniões dos indivíduos que compartilham o mundo entre si.

Arendt destaca que se através da política o indivíduo afirma para os outros e para si mesmo a sua individualidade, ao se afastar completamente da vida compartilhada ele tende a perder sua individualidade. Esta compreensão da política, a partir da autora judia, nos conduz a entender que a própria liberdade, nossa capacidade de agir, está vinculada também à nossa pertença à pluralidade

humana, de modo que seu contrário é a massificação da consciência e a alienação do mundo (ARENDR, 2020, p. 312). Uma das formas desta alienação do mundo está na fuga moderna em direção ao si-mesmo (Idem, p. 7), de modo que os seres humanos se encontram tão apartados e sem relação, que agora reconhecem-se como elementos vivos distintos, mas não iguais, ameaçando muitas vezes a existência um do outro, inclusive a vida humana na Terra, mas, sobretudo, de um mundo comum entre os eles, caso em que se destaca a desenfreada destruição da natureza e do consumo exacerbado, ou seja, da Terra e mundo artificial. Arendt chama atenção para a modernidade que não lançou o homem de volta ao mundo, mas para dentro de si mesmo, pois a preocupação exclusiva com o bem-estar individual reduziu as experiências de mundo com outros seres humanos (ARENDR, 2020, p. 314). Mais uma vez, sob tal perspectiva, a dominação de certos grupos sobre outros passa a estar na ordem do dia. Posto isso, Arendt aponta para uma concepção política do mundo comum que recusa, por sua vez, toda forma de dominação (ARENDR, 2020, p. 314).

Considerando a citada redução de experiências de mundo compartilhado, reconhecemos que essa reflexão é atual e necessária, pois esse apartar do homem das coisas mundanas, do mundo e dos outros é antipolítica, no sentido que desampara o ser humano, promove, como no caso totalitário, a solidão. Essa experiência, pensa Arendt, conduz à própria impossibilidade do experienciar, como se o próprio indivíduo não existisse, pois ele não aparece nem para si e nem aos outros. Mesmo que tratemos desta pobreza de experiências em um contexto não-totalitário, pensando nos indivíduos que vivem apenas na dimensão privada, sua vida os leva a acreditar estarem protegidos e amparados pelas leis e pelo poder político (ARENDR, 2020, p. 72), como se a cidadania fosse independente da ação política. Há, aqui, o afastamento do indivíduo da própria cidadania enquanto participação na coisa pública, resignando-se a quem ele acredita que “sabe” e “deve” fazer política: os políticos profissionais, os partidos políticos. Esta perspectiva, pensa Arendt, não só é danosa politicamente – pois voltamos ao quadro de comando e obediência tradicionais e que estão na base do modelo totalitário – quanto também o é para a própria existência do indivíduo, pois o aparta da vida pública e diminui sua capacidade de julgamento, pois não precisa entrar em disputa com concepções de mundo diferentes das suas.

Conseqüentemente, não pensar o espaço público faz perder a dimensão do poder político de uma sociedade livre que exerce sua ação política. Quando não se vivencia esse reflexo da pluralidade humana e a capacidade de criação e ação não acontecem, os sentimentos comuns não são compartilhados, a estrutura do público deixa de existir coletivamente, se perde a luminosidade da esfera pública, acontecendo e sendo pensada no âmbito do Estado, por meio de comportamentos e características comuns. Assume-se, nesse sentido, um perfil de uma comunidade homogênea, de controle, onde os homens perdem sua função de sujeitos históricos e criadores, capazes de interferir no fluxo de seus destinos.

### 3 A PLURALIDADE E A AÇÃO

“Por que somos no plural e não no singular?”  
Hannah Arendt

Hannah Arendt descreve que a efetivação da condição humana se encontra na pluralidade “de viver como um ser distinto e único entre iguais” (*Ibidem*, p. 221). Esta perspectiva leva à compreensão da ação e do discurso enquanto atividades efêmeras, mas de caráter potencial para fundar espaços públicos, isto é, de gerar uma esfera de poder compartilhado. A compreensão arendtiana do poder põe sempre em questão a pluralidade humana e a ação em conjunto, as quais, articuladas, vão constituindo e sendo constituídas pelos discursos. A ação tem como característica a pluralidade porque vai de encontro com a condição humana da igualdade e da diferença. Esse aspecto traz exatamente o caráter político que aparece em discordância de uma “possível uniformidade”, logo, uma ação livre e, portanto, política, é o resultado da interação e de intenções de vários indivíduos que abandonam por um momento os seus lares a fim de agir e deliberar em conjunto (*Idem*, p. 54).

Arendt (*Idem*, p. 30) explicita como a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*) põem em questão tanto uma postura individual, a ser realizada por um sujeito específico e que afirma sua singularidade, quanto coletiva, pois sai do âmbito meramente subjetivo e privado, é realizado junto a outros, direciona-se ao âmbito público e plural. O fato é que a postura coletiva, o ‘mostrar-se’ na esfera pública, está diretamente ligada ao discurso e à ação, isto é, ao fato de os homens

aparecerem uns para os outros, de distinguirem-se a si próprios dos outros, em vez de permanecerem apenas distantes e sem relação. A própria distinção, nesse sentido, é o que põe em relevo a relação que há entre cada um dos que se apresentam pela ação e discurso. Portanto, o exercício de colocar-se no mundo com palavras e atos confirma o aparecimento mundano da singularidade, a revelação de quem é aquele que aparece quando “anuncia o que faz e o que deseja fazer” (Idem, p. 221). A partir da revelação individual junto à pluralidade humana, as pessoas são situadas, surgem então os interesses específicos e coletivos, relacionando-os e conseqüentemente mantendo-os juntos.

O ser humano, todavia, quando se separa do espaço público, perde a ligação com os elementos comuns da comunidade ao qual faz parte, perdendo também sua representatividade. Quando não vivenciados, esses elementos vão se esvaziando cada vez mais, perdendo a identificação do coletivo e com espaços de atuação, de discurso e de convivência, já que esse movimento não é solitário, não é velado no silêncio e na privacidade do espaço da vida privada. Arendt apresenta um pequeno resumo do que significa a criação do mundo comum na experiência individual e coletiva do ser humano:

Embora o mundo comum seja o local de reunião de todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes posições, e, assim como se dá com dois objetos, o lugar de um não pode coincidir com o de outro. A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. A subjetividade da privacidade pode prolongar-se e multiplicar-se na família e até tornar-se tão forte que o seu peso se faça sentir no domínio público; mas esse “mundo” familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores (2022, p. 70).

Interessante Arendt destacar que esta realidade de trocas estabelecidas pelo aparecimento das pluralidades no âmbito público não é garantida pelo simples fato da existência humana, mas da ação conjunta dos diversos pontos de vista colocados no espaço da liberdade, momentaneamente convergindo ou divergindo, mas sempre com o olhar para objetivos comuns. A destruição do mundo comum costuma preceder ao desaparecimento dos espaços públicos, da

liberdade política e da ausência da ação plural, condições de uma sociedade de seres humanos preocupados simplesmente com o desafio de manter-se “vivos” fisiologicamente, estando, assim, totalmente desconectados do mundo comum e da perspectiva do outro que não seja seu familiar ou amigo.

A privação da aparição – isto é, do movimento de ser visto e ouvido, assim como o de ver e ouvir os outros – limita o ser humano a um único olhar e experiência singular, o da sua subjetividade e do lugar que ocupa no mundo, limitando-o à sua própria existência. A partir dessa ausência de pontos de vista diferentes, experiências e pluralidades compartilhadas, o mundo comum perde sua razão de ser, ele passa a não existir, pois não é falado, pensado, e compartilhado na fala e na ação.

Arendt chama a atenção para a sociedade de massas onde o mundo comum não existe e sim um conformismo artificial que destrói a pluralidade humana, na qual comportamentos são multiplicados e os seres humanos tornam-se prisioneiros de suas subjetividades e de sua existência singular, pois as perspectivas apresentadas e vistas sob diversos olhares não acontecem (Idem. 2020, p. 71). Como vemos, a pluralidade humana assume um aspecto fundamental na obra *A condição humana* (1958). Neste texto, Arendt apresenta três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação, sendo estas correspondentes, cada uma, às três condições humanas: a vida biológica, relacionada ao corpo; a mundanidade, o caráter de permanência das coisas do mundo; e a pluralidade, condição da vida política. A *vita activa*, nesse sentido, acontece nas duas esferas da vida humana: a esfera da vida privada e a esfera da vida pública, mas, sobretudo a partir da modernidade, também na esfera social<sup>1</sup>. É importante contextualizar que lugar a pluralidade ocupa para o desenvolvimento de uma ação política. Arendt diz que:

A ação é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade (...). Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição - não

---

<sup>1</sup> Não nos ocuparemos, neste texto, das distinções entre as três esferas. Cabe tão-somente apontar que o advento da esfera social, segundo Arendt, se caracteriza por uma imbricação entre os elementos da esfera privada, vinculada sobretudo ao âmbito familiar e idiossincrático, e os da esfera pública, visto sua ocorrência junto a outros indivíduos.

apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda a vida política (2022, p. 9).

Para Arendt, a ação é uma condição para a atividade política, trazendo como uma de suas características a imprevisibilidade, seu aspecto de “rompe[r] fronteiras por estabelecer relações”, pois o potencial da ação pode gerar sempre um potencial de poder (ARENDR, 2020, p. 236; p. 249). Os homens são distintos e tem uma singularidade única: é a “paradoxal pluralidade de seres únicos” (2020, p. 218).

Durante o longo caminho percorrido pela humanidade, pode-se afirmar que a ação humana em seu caráter espontâneo de iniciar algo novo foi substituída, principalmente no período moderno, pela fabricação, isto é, pelo comportamento único, por processos e por experimentos reguladores da vida ativa. O ser humano, quando se encontra no mundo “agindo” de modo irrefletido, perde sua identidade, passando mais a se comportar, mimetizando o que é feito cotidianamente de modo automático, deixando de iniciar novos e imprevisíveis processos. A singularidade tende a se esvaír nas circunstâncias em que nos evadimos do espaço público, local onde temos a presença de outros, no qual acontece a confirmação de todas as singularidades ali expostas através do diálogo e da convivência. Arendt afirma que é preciso sempre ter confiança no mundo como com lugar de aparecimento humano para a ação e o discurso:

Sem a ação para inserir no jogo do mundo o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, “nada há de novo sob o sol”; sem o discurso para materializar e memorar, ainda que tentativamente, as “coisas novas” que aparecem e resplandecem, “não há recordação”; sem a permanência duradoura de um artefato humano, não poderá “restar com os vindouros uma recordação das coisas que estão por vir”(2020, p. 253).

Arendt cita que o espaço público gerador do mundo comum transcende a vida individual perpassando gerações, pois preexiste à aparência do indivíduo e permanece à sua ausência, mostrando que ele é construído a partir de ações conjuntas e históricas. A necessidade da transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os seres humanos e estabelece uma relação entre eles é imprescindível para a ação que perpassa não somente uma geração (ARENDR, 2022, p. 68), mas que constrói, pensa e articula, situada em uma determinada época ou momento histórico. Deste modo, segundo Arendt, ao

agirmos em conjunto, relevando e marcando nossa singularidade junto aos outros, possibilitamos a imortalidade, algo que também só é possível caso o mundo em que agimos também sobreviva e se torne imortal. A imortalidade terrena, nesse sentido, auxilia na criação desse mundo comum que sobrevive quando os seres humanos aparecem no espaço público e o transformam expondo ali suas opiniões junto à pluralidade humana. Para Arendt:

É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo (...) talvez a mais clara evidência do desaparecimento do domínio público na era moderna seja a quase completa perda de autêntica preocupação com a imortalidade (2022, p. 68).

A experiência de compartilhar mundos que surgem nas relações constrói o vínculo entre os seres humanos que se reúnem para o falar e o agir, ou seja, para o discurso e a ação. O aparecer no mundo compartilhado, a partir do momento que atuamos nele, nos proporciona um olhar alargado sobre ele próprio, pois nos apresenta como outros indivíduos entram em contato com um mundo, que é, sob certo aspecto, o mesmo que o nosso, mas que aparece de modos distintos, sob diversos pontos de vista distintos segundo o lugar que cada ser humano ocupa no mundo. Há, neste compartilhamento, perspectivas, há uma possível quebra de paradigmas, possibilitando um olhar plural sobre o mundo e uma nova atuação política, a partir de uma mentalidade alargada da realidade que não se restringe apenas a experiência subjetiva e particular, mas de um grupo de pessoas e sob diversos pontos de vista.

Neste contexto, o conceito de poder em Arendt é de extrema importância para analisar e, acima de tudo, situar seu papel na ação plural política do ser humano, distinguindo-se completamente de conceitos comumente articulados a ele, como o conceito de violência. Para Arendt o poder relaciona-se à dimensão de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política (AGUIAR, 2011, p. 7), uma potência que não pertence e nunca pertencerá a um indivíduo isolado, ao contrário, é propriedade de um grupo que age em conjunto, diante de diversos pontos de vista, que acordaram sobre algo, mesmo que temporariamente.

## 4 O PODER ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO

“[...] não, isso eu não posso”.

O poder, para Arendt, existe quando os homens agem em conjunto e não especificamente necessita de uma quantidade, pois existe “independente de fatores materiais sejam estes números ou meios” (2020, p. 248). O poder assume uma característica fundamental das relações humanas, pois acontece no âmbito do discurso e da ação, no espaço da aparência, local em que os homens aparecem uns aos outros e ali efetivam seus atos e palavras. Arendt cita que este espaço precede toda constituição formal do domínio público, mas que desaparece com a dispersão dos homens ou desaparecimento das próprias atividades (Idem, p. 247).

Importante ressaltar que, para Arendt, o poder só existe no coletivo, justamente quando os homens agem em conjunto, de modo que suas intenções não partem da privação da verdade ou da ocultação tendo em vista um interesse individual ou de um grupo específico, mas constituindo-se por meio de palavras que desvelam realidades, intenções que consideram a pluralidade constituinte da própria esfera pública. Pensando na ação plural que propicia o poder e se baseia na convivência entre diferentes que se igualam, isto é, nesse potencial de poder que aí é criado pela pluralidade humana, começamos a pensar em um viver bem, em um ser humano que exprima a sua existência em ação para mudança de seu mundo e na mudança primordial, na relação com os humanos e com o planeta.

Ao pensarmos na comunidade contemporânea, deparamo-nos com o afastamento, ausência de relacionamentos, de construção de afeto, dito aqui não no sentido de afinidade, mas de respeito ao outro como ser de uma mesma comunidade planetária, que tem responsabilidade pela organização da vida no mundo, de modo a perceber que todos estão implicados na mudança ou ausência dela. A luz que a ação traz é uma esperança de uma perspectiva de pensamento crítico sobre problemas comuns e, com isso, reflete em uma afirmação de dignidade humana e política frente ao abandono e à decadência política da modernidade. A liberdade para pensar sugere a liberdade para agir, de modo que nossa capacidade de iniciar algo novo diz respeito de modo

originário à liberdade política (DIAS, 2021b). A ação política, como vimos, só é possível junto à pluralidade humana, a qual constitui o poder político. Nesse sentido, Arendt sugere uma nova interpretação: em vez de uma perspectiva mais tradicional que equipara poder com violência, a autora pensa o poder como instância de resgate da política a partir da criação e manutenção de espaços públicos pela formação do poder que surge entre os homens para o aperfeiçoamento, não do controle das massas e de uma política de comportamento unilateral, mas de um movimento de liberdade compartilhada e de religação do ser humano com o espaço público e o mundo comum.

Para Arendt, portanto, o poder se relaciona à dimensão de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política. A autora destaca que o mais valioso nessas significações é a qualidade de preservação diante das relações, mesmo entre as semelhanças e diferenças, de modo a conferir uma estabilidade ao mundo, mas também, capaz de acolher as novidades provenientes da ação humana. Arendt enfatiza que os seres humanos não podem abdicar de sua atuação e do poder político, que é coletivo, que se caracteriza por uma atuação direta entre a capacidade de pensar, agir e ser coletivamente, para que estejam sempre pertencentes ao mundo comum.

O potencial de ação existente na formação do poder a partir da pluralidade humana, como já citamos, está diretamente vinculada à existência do espaço público. O engajamento por um mundo comum reforça a teia de relações que se forma no espaço invisível entre os seres humanos que ali estão reunidos. Garantir um espaço de vida não definido pelas preocupações individuais e familiares permite a coexistência de mundo comum, de poder e de espaço público; estes três conceitos se encontram vinculados quanto às suas existências, não apenas potenciais, mas na própria realidade de tal modo interligados, que se um deixa de existir, os outros perdem seu espaço de vir-à-ser. O espaço público cumpre a função de manter os seres humanos juntos, de vinculá-los, de que se mostrem ao mundo a si próprios, ampliando, com isso, sua própria forma de visualizar o mundo, passando a ter acesso a distintas perspectivas. Este espaço possibilita, inclusive, o desenvolvimento da subjetividade e individualidade, garantindo espaços, sugerindo novidades, acordos temporários, pensando o futuro e o presente, unindo-os e separando-os ao mesmo tempo.

Podemos observar que quando os seres humanos se distanciam uns dos outros, acabam por lançar-se uns contra os outros, permitindo que o poder se desfça, assim como o mundo comum se desfaleça e o espaço público perca por completo o caráter da pluralidade humana assumindo características estipuladas e pensadas por governantes e organizações burocráticas, as quais são cuidadosamente estruturadas para fazer pensar que foi a pluralidade humana que a formou e construiu. Neste contexto de separação e desmembramento de uma comunidade, “os líderes” que partidariamente foram eleitos para compor cargos de relevância no governo, assumem o controle sobre grupos e nesse sentido de apartamento das experiências plurais, os seres humanos são estabilizados, resumidos a comportamentos coletivos, abrindo mão da sua subjetividade e liberdade. Arendt indica que nenhum poder advém da coerção violenta e nenhuma comunidade política pode se assentar na coerção.

O poder, a reunião e ação em conjunto, de fato, a práxis que nele está implícito, jamais pode deixar de haver para que ali possa existir poder e não coerção. Correia explicita:

[...] nenhuma comunidade política que, após o momento da fundação, deixe de preservar a práxis que a originou - o espírito revolucionário, nesse caso - pode conservar o vigor do poder que a anima e sustenta. Em suma, não pode haver em uma comunidade política legítima uma ruptura entre práxis que gesta o poder e a práxis que é o próprio exercício do poder. Após a fundação não deve cessar a práxis e começar a gestão, pois a razão de ser da instituição das comunidades políticas é, para Arendt, não a administração da vida social, mas a preservação de um espaço público de participação política no qual a liberdade possa aparecer. A razão de ser da fundação é a conservação, via institucionalização, da práxis originária gestadora do poder (2014, p. 166).

Arendt não reconhece a política onde não há poder político real, isto é, as virtudes do político e do estadista não podem ser meramente equiparadas à do gestor/administrador. O exercício de um poder onde existe coerção, persuasão, ruptura entre as relações plurais não pode ser caracterizado como um poder legítimo, no sentido que a autora citada o compreende. Segundo a Arendt:

[...] as qualidades do político ou do estadista e as qualidades do gerente ou administrador não só são diferentes como muito raramente se encontram na mesma pessoa; o primeiro deve saber lidar com as pessoas num campo de relações humanas,

cujo princípio é a liberdade, e o segundo deve saber gerir coisas e pessoas numa esfera da vida cujo princípio é a necessidade (2011, p. 343).

O poder jamais pode ser reduzido nem a um modo de domínio, nem meramente posto como algo equivalente à administração. O poder é algo próprio da pluralidade humana que se põe a agir em conjunto, quando a liberdade surge no mundo como algo compartilhado entre os muitos e não como a propriedade de poucos. A perda da experiência de vivência da realidade do mundo nesta dimensão, a qual sempre demandará a interação com outros seres humanos, implica também a perda do poder, o qual é uma experiência efetivamente política. Quando os seres humanos, mesmo em sua distinção, mantêm uma relação de aparecimento, de exposições de visões de mundo, ali é gerado um potencial de ação inédita e incalculável. Discutir e oportunizar pontos de vista, assim como formalizar acordos e promessas, faz parte da realidade dinâmica da ação política.

Negar às pessoas o acesso ao espaço público é uma forma de retirar delas a possibilidade de se apresentarem como seres singulares, de agir livremente e assumir a responsabilidade pelo mundo comum. Ao reduzir o espaço público apenas a poucos, o poder perde sua capacidade de revelar novas perspectivas pelas quais o mundo se apresenta, empobrece-se, assim, a própria experiência humana e gesta-se o espaço da dominação de uns sobre os outros. Compreender o modo pelo qual Arendt nos revela seu conceito de poder em consonância com a ação, a liberdade e a pluralidade é defender um dos modos mais potentes pelos quais podemos compreender nossa reconciliação com o mundo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A imersão do ser humano cada vez mais a uma vida caracterizada pelas funções orgânicas, como o trabalho, caracterizando a comunidade humana a partir da velocidade dos processos e da contínua pressa, exclui espaços e momentos de ação política, distanciando a pluralidade humana dos diálogos sobre o mundo e da preocupação com aquilo que permanece. Nesta perspectiva de vida e manutenção dela, os seres humanos são gradualmente impelidos a

não indagar sobre seu lugar no mundo, reduzindo o viver à capacidade de adequação ao que já está dado. Esse contexto põe em questão nosso modelo de organização política, de modo que um dos fatores que nos preocupa é a redução da política ao mero governo burocrático e o afastamento da pluralidade humana, da prática da liberdade e do poder compartilhado.

O distanciamento dos problemas comuns ao mundo, bem como a ausência do poder enquanto fenômeno político exercido pela experiência plural entre os seres humanos, trouxe a ruptura do sentido político e do poder. A comunidade de seres humanos, segundo Arendt, se define pela igualdade e diferença, como seres que compartilham um mesmo mundo, da teia-de-relação que nos vincula, mas mantém nossa singularidade, isto é, falamos aqui do pertencimento à humanidade que só ocorre na convivência humana. O que autora diagnostica, a partir de sua genealogia da modernidade, é como o distanciamento dos indivíduos da vida pública nos conduz a uma incapacidade de compreender nossos vínculos com outros indivíduos e, de modo similar, a não perceber nossa própria responsabilidade com o mundo.

A política, como um dos acessos à condição humana, está entrelaçada à ação e à pluralidade. As relações plurais constroem não só o “eu” (*self*) dos seres humanos que se apresentam e são vistos, como constituem o mundo intangível que nos relaciona e o tangível da aparência. Para isso, é necessário a criação, durabilidade e permanência de um espaço público, imprescindível para que os seres humanos exerçam sua liberdade e que seus diálogos sejam assegurados para que se torne a ação política.

Presenciamos um momento onde o mundo percebe renovado o discurso de práticas fascistas que outrora acreditávamos ter ocupado um lugar no passado. Diante deste cenário, trazer à discussão determinados conceitos como a formação de um mundo comum, espaço público, poder, política e pluralidade humana, relacionando-os, nos parece pertinente para repensar o futuro e o caminhar que os seres humanos estão fazendo.

Nossa crítica e preocupação quanto ao caminho que estamos trilhando, ou, como diria Arendt (2020, p. 5), pensar “o que estamos fazendo”, remete diretamente à despolitização e desconstrução das relações plurais na esfera pública, gerando um desinteresse pelo que é público, pelo comum, situação que se tornou uma característica do ser humano moderno. A ausência de

responsabilidade pelo coletivo, pela construção e compartilhamento de um mundo comum indica uma alienação do ser humano. A desocupação e desaparecimento de espaços públicos, da formação do “nós” político, da presença das pluralidades e garantia da liberdade, destrói também as possibilidades da existência de um espaço reconhecido de ação, logo, real e ilimitado em possibilidades de mudança e previsibilidade, podendo adquirir, portanto, um atributo de espaço politicamente organizado.

A liberdade, razão de ser da política para Arendt, garante a existência de outros valores como as condições essencialmente políticas da ação e do discurso. O direito a essa liberdade é garantir a formação de um poder na concepção da filósofa, desvinculado da razão de ser da violência. Experimentar uma reconciliação consigo mesmo, com os demais seres humanos, com o mundo, com a política e com o planeta Terra é também uma possibilidade de recomeçar e traçar novos caminhos presentes e perspectivas para os futuros recém-chegados. Reescrever a história humana olhando para o passado, trazendo à memória fatos inéditos que traduz uma determinada civilização e seus valores, pode, contudo, servir de testemunho de uma mudança de percurso para uma tentativa de conciliação entre a própria espécie humana com o mundo que criou e com o planeta que o acolheu.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. - 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo Perspectiva, 2016.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. - 13. ed. rev. - [Reimp.] - Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2020.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. - [15. ed]. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

AGUIAR, Odílio Alves. “A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt”. **Trans/formação**: revista de filosofia / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Marília, v.34, n.1, p.115-130, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/trans/a/LswRct9X9J8hmjxHrnYFD5N/?lang=pt&format=pdf>.

CORREIA, Adriano. “Quem é o *animal laborans* de Hannah Arendt?” **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira** / Adriano Correia. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

DIAS, Lucas Barreto. “Totalitarismo e mundo de semblâncias a partir de Hannah Arendt”. **Cadernos Arendt**, v. 02, N. 03, 2021a.

DIAS, Lucas Barreto. “O aparecer da liberdade no pensamento de Hannah Arendt”. **Perspectivas**, 6(2), 228–244, 2021b. <https://doi.org/10.20873/rpv6n2-13>

RIBEIRO, Nadia Junqueira. **A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da questão judaica**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp. Campinas, 2022.

SILVA, Ricardo George de Araújo. **A questão judaica: o pária como paradigma do agir e do pensar em Hannah Arendt**. Taboão da Serra: Vicenza Edições Acadêmicas, 2020.

## DADOS DOS AUTORES

### Lucas Barreto Dias

Professor do Instituto Federal do Ceará - IFCE, campus Fortaleza. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Doutor em Filosofia (Ética e Filosofia Política) pela UFMG, com tese sobre "Os métodos de Hannah Arendt". Mestre em Filosofia (Ética e Filosofia Política) pela UFC, com dissertação sobre "O conceito de aparência no pensamento de Hannah Arendt". Possui graduação em Licenciatura plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com monografia sobre Ontologia, política e moral em Simone de Beauvoir. Membro do GT de Filosofia Política Contemporânea da ANPOF. Membro do grupo de pesquisa CENTELHA, do IFCE. Membro e pesquisador do GEPEDE - UVA. Membro e pesquisador do grupo de pesquisa Ética e Filosofia política - UFC. Áreas e temas de interesse na Filosofia: Filosofia Política, Ética, Existencialismo, Hermenêutica e Fenomenologia. Desenvolvendo pesquisa sobre a relação entre método e pensamento político a partir de Hannah Arendt, bem como sobre a relação entre política e formas de dominação. Realizando projeto sobre a relação entre Filosofia, Matemática e o Método científico. À frente do podcast de filosofia *Ágora café*. *E-mail*: [barreto.dias@uece.br](mailto:barreto.dias@uece.br)

### Débora dos Santos Góis Gondim

Mestranda em Filosofia Social e Política pela UECE - Universidade Estadual do Ceará; Áreas e temas de interesse na Filosofia: Filosofia Política, Ética, Existencialismo, Hermenêutica e Fenomenologia. Desenvolvendo pesquisa sobre a relação entre método e pensamento político a partir de Hannah Arendt, bem como sobre a relação entre política e formas de dominação; Possui Especialização em Psicopedagogia Clínica, Hospitalar e Institucional pela UNICHRISTUS (2009); Graduação em Pedagogia pela Faculdade Latinoamericana de Educação (2009); Professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Fortaleza desde o ano de 2010. - Secretária Municipal de Educação; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de 2014 à 2022. Coordenadora de Programas e Projetos de Consolidação da Aprendizagem da Rede Municipal de Ensino. *E-mail*: [goisdebora@gmail.com](mailto:goisdebora@gmail.com)